

ID: 118882190

29-08-2025

Porque caíram a pique as entradas nas universidades?

Ensino Superior ■ A reintrodução dos exames no Ensino Secundário pode estar na base da queda abrupta do número de estudantes. Os dados mostram excesso de oferta e desadequação à procura.

Almerinda Romeira

aromeira@medianove.com

Voltaram os exames para concluir o Ensino Secundário e entrar no Ensino Superior ficou mais difícil. Será que foi isto que aconteceu?

“A queda abrupta tem de ser explicada por uma mudança com poder significativo de influência na procura dos estudantes”, afirmou Maria de Lurdes Rodrigues, reitora do ISCTE, antiga ministra da Educação, na RTP2, numa reação aos resultados da primeira fase das colocações no Ensino Superior. Descartou que tivessem ocorrido no país alterações do ponto de vista económico, da ação social ou mesmo da qualidade do ensino capazes de induzir um tal movimento.

A única mudança capaz de alterar a trajetória da procura é, referiu, a introdução de exames na conclusão do Ensino Secundário. Não se trata apenas dos exames, mas sobretudo das circunstâncias de quem os fez. “Estes alunos que este ano se estão a candidatar ao Ensino Superior são os alunos que, nos anos da covid, estavam no 8.º e no 9.º ano de escolaridade. Significa que concluíram o Ensino Básico em condições muito críticas, fizeram um percurso escolar sem nenhum exame”, explicou. É aceitável, acrescenta, “pensar que podem ter deficiências de aprendizagem que não foram superadas com o ensino secundário”.

Certo é que, em 2025, pela primeira vez desde 2016, há menos estudantes colocados no Ensino Superior nesta fase: 43.899, menos seis mil do que no ano passado. Face a 2024, o número de candidatos cai 15,4%, o de colocados, 12,1% e as vagas sobranes, que transitam para a segunda fase, que agora decorre, crescem 130%.



Nesta primeira fase, ficaram desertos 41 cursos em mais de mil vagas

Há vagas em Economia e Gestão, mas as principais Escolas estão esgotadas

■ Os cursos de Economia e Gestão não escaparam à diminuição da procura que se fez sentir na primeira fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior, embora longe de atingir a dimensão de outras áreas. A segunda fase, que termina a 3 de setembro, apresenta, assim, mais vagas

disponíveis do que no ano passado. Em Gestão são 156 que comparam com 25, e em Economia 74 contra 19, em 2024. As vagas sobranes não atingem todos por igual, com as principais escolas de Economia e Gestão do país a ostentar na porta a tabuleta de lotação esgotada. AR

Este é um dos lados da história. Mas há outro. Um número de que raramente se fala e que Pedro Santa Clara, pai do campus da Nova SBE e fundador das Escolas 42 e TUMO no país, traz à colação quando questionado pelo Jornal Económico. Existem 1.132 cursos superiores em Portugal.

“Há seguramente um excesso de oferta e muita oferta de baixa qualidade. Por outro lado, continua muito forte a procura pelas melhores universidades. Porquê limitá-la? Porquê manter os *numerus clausus*?”, diz ao JE.

Na sua perspetiva, esta “desadequação entre a oferta e a procura” tem de ser encarada de frente. “O número médio de vagas por curso é de 49 e há 153 cursos com 20 vagas ou menos. Como pode ser minimamente eficiente oferecer cursos tão pequenos? Qual é o custo médio anual por aluno?”, questiona. Nesta primeira fase ficaram desertos 41 cursos. Nenhum aluno terá concorrido a nenhuma das quase mil vagas abertas, uma vez que não foi ocupada nenhuma. São quase todas formações ministradas em institutos politécnicos e na maioria na área das engenharias. Estudar numa instituição pequena do interior, com pouca massa crítica, não é exatamente o mesmo do que frequentar o Instituto Superior Técnico. O mesmo se pode dizer de Economia ou Gestão, áreas que Pedro Santa Clara, como professor catedrático de Finanças na NOVA SBE, conhece por dentro. Várias medidas podem ser tomadas para melhorar a qualidade geral do sistema e aquilo que oferece, diz. Exemplos? Financiar alunos e deixar falir as instituições sem procura... “Precisamos de menos regulação que permita inovação, precisamos de modelos de governança das instituições de Ensino Superior que tenham *accountability* perante a sociedade”.